

A POLÍTICA EXTENSIONISTA NA UEPG

A Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) tem uma política de extensão, há mais de três décadas. Em 1972, por exemplo, o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB, a convite desta instituição, realizava a promoção do ‘1º Seminário Nacional sobre Integração da Universidade na Comunidade’, em Ponta Grossa, sob a coordenação da UEPG. Naquela época, o conceito de extensão de que “a integração da universidade na comunidade para a promoção do homem brasileiro e o paulatino e racional

engajamento das áreas sociais carentes do processo de desenvolvimento” foi consenso entre 108 representantes de 48 das 62 universidades então cadastradas no Ministério da Educação e Cultura (MEC). Esta e outras decisões emanadas do seminário impulsionaram o desenvolvimento das atividades extensionistas na instituição, desde seus primeiros momentos como universidade.

Nas discussões e nas políticas nacionais, a UEPG sempre buscou alicerces à sua vocação voltada para as ações de extensão, participando inclusive da formulação do conceito de extensão universitária, expresso no ‘I Encontro Nacional de Extensão’, realizado na Universida-

de de Brasília – UnB (1980), que, até hoje, destaca-se como referência para as instituições de ensino superior. Nesse caminhar, a UEPG assumiu também para si a política de extensão procedente do ‘Plano Nacional de Extensão Universitária’, elaborado pelo ‘Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras’ em 1998, sendo uma das instituições signatárias do referido plano, levando-se em consideração, naturalmente, a preservação da identidade e as características da região em que se encontra inserida a universidade.

A política de ação estabelecida naquele momento refletia o compromisso da universidade com a transformação da sociedade brasileira em direção à justiça, à solidariedade e à democracia. As universidades públicas brasileiras são instituições criadas para atender às necessidades do país, por isso, a política de ação extensionista adotada pelos pró-reitores que elaboraram o ‘Plano Nacional de Extensão Universitária’ expressa uma postura da universidade diante da sociedade em que interage. Sua ação básica reflete a produção e a socialização do conhecimento técnico e científico, visando à intervenção na realidade, assim como possibilitando a ação coletiva entre a universidade e a sociedade.

O ‘Fórum de Pró-Reitores de Extensão’, quando

criou sua política de ação, estabeleceu que, na busca de formação do profissional cidadão, torna-se fundamental sua efetiva interação com a sociedade, seja para se situar historicamente ou se identificar culturalmente, quer seja para referenciar sua formação técnica com os problemas que um dia terá que enfrentar. A elaboração do ‘Plano Nacional de Extensão Universitária’ mostrou que os projetos extensionistas da UEPG já contemplavam os propósitos estabelecidos. A capacidade, intuição e dedicação de nossos docentes, discentes e técnicos administrativos já demonstravam que a instituição estava no caminho certo.

Sob o ângulo da observação, quando de um exame acerca dos primeiros projetos de extensão empreendidos pela UEPG em comparação com aqueles atualmente desenvolvidos, constatamos claramente estampados em seus objetivos três propósitos básicos: a formação do profissional cidadão, a disseminação e socialização do conhecimento e a melhoria da qualidade de vida da comunidade ponta-grossense e da região dos Campos Gerais. Com esse propósito, a universidade vem incentivando e desenvolvendo projetos de extensão universitária ao longo de sua história ainda recente, envolvendo os mais diversos segmentos de atividades da instituição.

Na UEPG, em síntese, não existe projeto extensionista sem o envolvimento da pesquisa e do ensino. A extensão tem se tornado e se mostrado um importante canal de democratização em nossa instituição. As demandas sociais exigem da nossa universidade a produção e a socialização de saberes específicos que, desenvolvidos em interação com a população, adquirem caráter extensionista, não unicamente prático, mas de práxis. Trata-se da pesquisa e do ensino articulados. Quando isso não ocorre, a extensão se transforma em assistencialismo. Nesse aspecto, aqui se define a política que se desenvolve na UEPG, nos últimos 20 anos.

Uma política extensionista que, acima de tudo, respeita cada um dos professores em seu rol de atividades. Cada qual desempenhando ações, projetos e serviços de extensão dentro de sua área de especialidade, de seus talentos, de suas habilidades e da maneira como cada um consegue ser importante para cada um dos estudantes envolvidos em suas práticas cotidianas, assim como para a comunidade em geral. A decisão deve partir das bases e, via de regra, ao docente se dá como preservada a autonomia da definição dos objetivos do projeto. Ele se torna tão importante, ao passo em que a avaliação da execução do projeto será feito pela própria equipe que o desenvolve. Aqueles que praticam a extensão merecem essa nossa confiança. Essa é uma das razões que faz com que aqueles que desenvolvem a extensão na UEPG tenham orgulho de nossa instituição.



Carlos Roberto Berger, Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Culturais